

A EXPANSÃO DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA, FÍSICA E QUÍMICA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DA REGIÃO CENTRO-OESTE PÓS-LDB 9394/96

Luiz Affonso Souza Faria¹,

Maria José de Jesus Alves Cordeiro ²

¹Estudante do Curso de Licenciatura em Física da UEMS, Unidade Universitária de Dourados

souzaffonso@gmail.com

²Professora do Curso de Pedagogia da UEMS, Unidade Universitária de Dourados

maju@uems.br

Área de conhecimento do CNPq: Ciências Humanas

Resumo

Esta proposta apresenta como objetivo de pesquisa o levantamento, organização e análise de dados estatísticos relativos à expansão dos cursos de graduação- licenciatura nas áreas das ciências-exatas (matemática, química e física) nas universidades públicas da Região Centro-Oeste, no período pós-LDB - Lei nº 9394/1996 até 2010. Além disso, serão analisados os índices de ingresso e conclusão nesses cursos como uma forma de avaliar o acesso e a permanência, com o fito de considerar se a expansão (se confirmada) pode ser classificada como política de ação afirmativa ou não.

Palavras-chave: Licenciaturas. Ação Afirmativa. LDB 93/94. Expansão.

Introdução

As universidades públicas que estão foram pesquisadas no Centro-Oeste, num total de 08 (oito) instituições, são 05(cinco) federais (UFMS, UFGD, UFMT, UFG e UnB) e 03 (três) estaduais (UEMS, UEG e UNEMAT). Quanto à caracterização das instituições a única que não é multicampi é a Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Nesta pesquisa estaremos abordando não apenas a expansão de cursos e vagas, mas as ações afirmativas criadas nessas instituições buscando compreender se estas foram criadas em consequência da expansão ou se contribuíram para que a expansão aconteça. Para isso, discutiremos os processos de ações afirmativas utilizadas por cada universidade, bem como o processo de expansão vivido por cada uma desde a nova LDB com foco nos cursos de Matemática, Física e Química.

Material e Métodos

Na pesquisa qualitativa com uso de dados quantitativos, de acordo com Chizzotti (2005, p.79) “ o conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa [...]”. Por isso, foram realizadas leituras e fichamentos de artigos e livros como base para as análise e interpretações, consulta aos sites oficiais para busca de informações sobre aspectos institucionais de cada universidade abrangendo seu histórico, localização e estrutura (campus), bem como as ações afirmativas oferecidas para negros, indígenas, deficientes e outros grupos discriminados.

Em outra etapa do trabalho, realizamos o levantamento, tabulação e análise dos dados referentes aos cursos oferecidos de acordo com dados disponíveis nos sites das instituições, que na oportunidade constitui-se na maior dificuldade na realização da pesquisa, pois as universidades não disponibilizam seus dados argumentando serem sigilosos.

Resultados e discussões

Na figura 1, apresentaremos os dados obtidos das Universidades Federais:

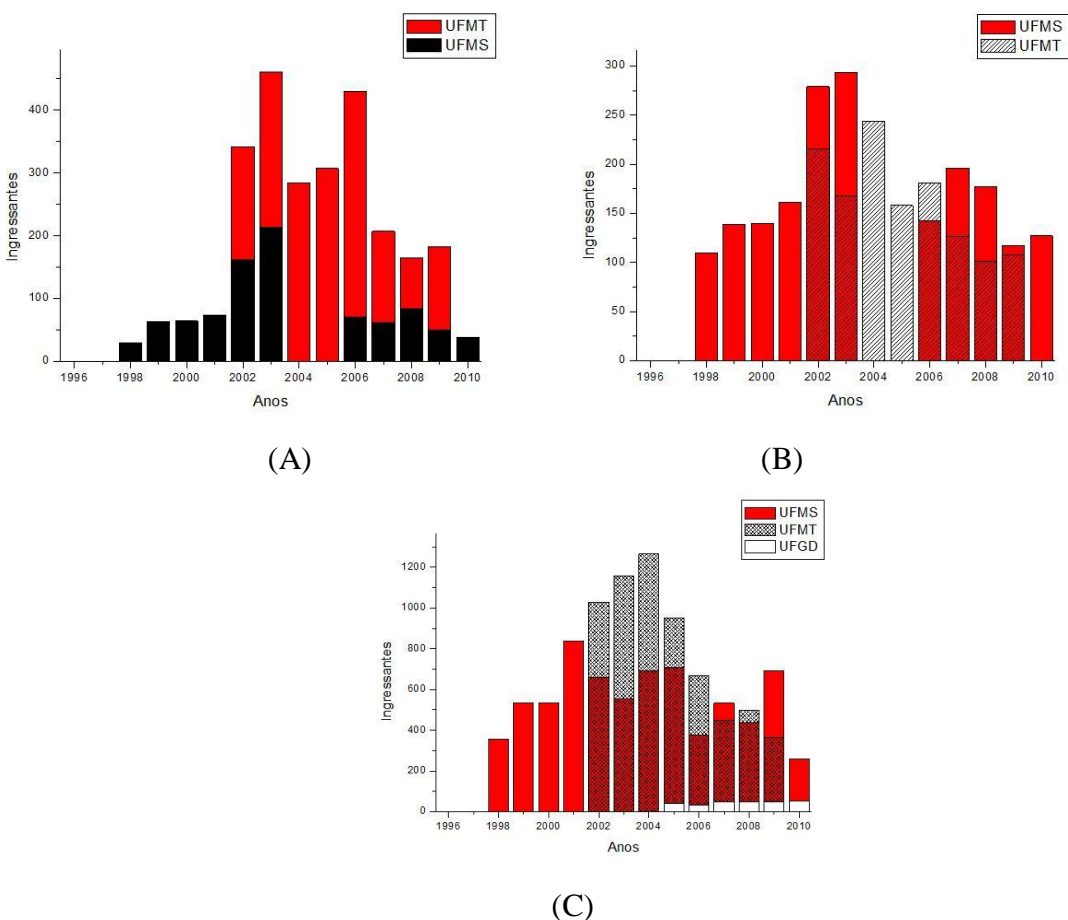
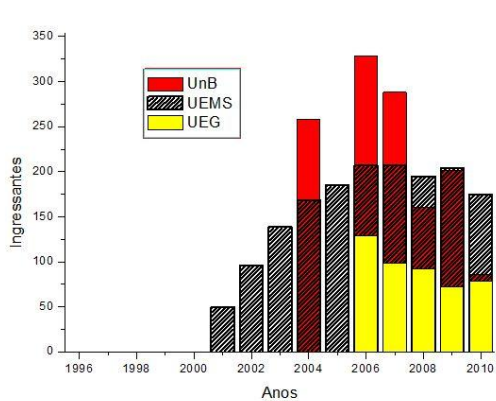
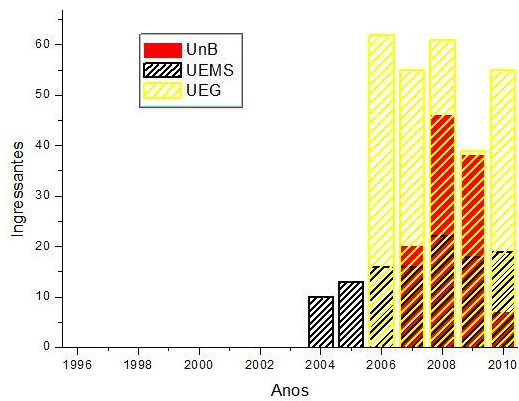


Figura 1. Universidades Federais, ingressantes em Física (A), em Química (B) e Matemática (C).

Nas figuras 2, 3 e 4, apresentaremos dados das Universidades Estaduais, na qual as 3 (três) possuem sistemas de cotas e mais a UnB que possui sistema de cotas.

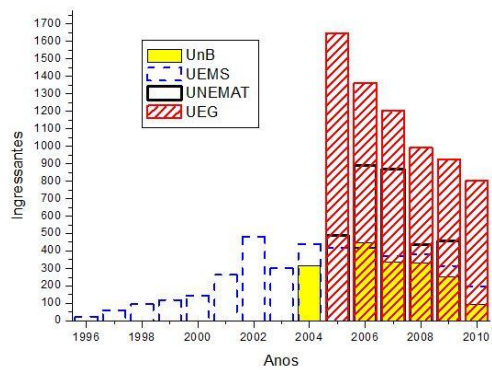


(D)

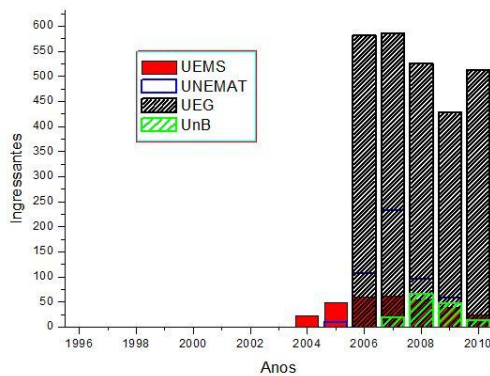


(E)

Figura 2. Física Geral (D) e Cota (E)

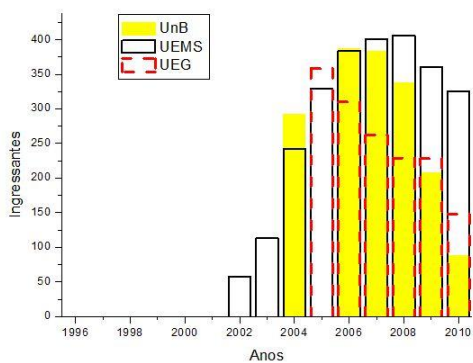


(F)

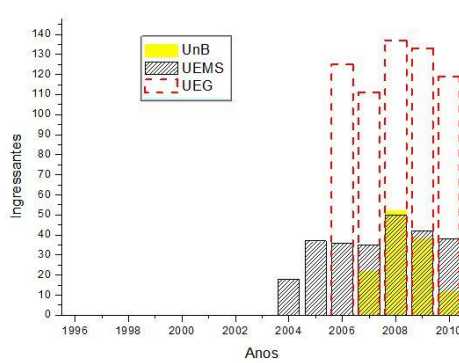


(G)

Figura 3. Matemática Geral (F) e Cota (G).



(H)



(I)

Figura 4. Química Geral (H) e Cota (G).

Os dados apresentados na tabela abaixo mostra de forma geral o número total de cursos oferecidos pelas universidades desde 1996 a 2010 e os turnos dos respectivos cursos.

Estado/Universidade	Tipo de Ação Afirmativa	Cursos Ofertados -1996 a 2010					
		Matemática	Turno	Física	Turno	Química	Turno
Distrito Federal/UnB	cota de 20% das vagas para negros e uma vaga em cada curso destinada aos indígenas	22	M/N	19	M/N	19	N
Goiás/UEG	cota de 5% para os indígenas e pessoas com deficiência, cota de 20% das vagas para alunos que cursaram todo ensino médio em escola pública e cota de 20% para negros	29	M/N	9	N	2	N
Goiás/UFG	cota de 10% para negros da rede pública, 10% para alunos da escola pública e uma vaga adicional para índios e negros quilombolas, Licenciatura Intercultural para professores indígenas	---	---	---	---	---	---
Mato Grosso/UNEMAT	cota de 25% para negros e 3º Grau Indígena	25	N	---	---	---	---
Mato Grosso/UFMT	programa de Inclusão Indígena “Guerreiros da Caneta” – PROIND com 100 vagas para cinco anos e específicas para os cursos de: direito, enfermagem, medicina, nutrição, farmácia e agronomia.	30	D/N	21	M/N	16	D/N
Mato Grosso do Sul/UEMS	cota de 20% para negros de escola pública ou bolsista de escola privada e cota de 10% para indígenas	45	N	19	M/N	27	D/N
Mato Grosso do Sul/UFMS	curso de Licenciatura Intercultural Indígena – POVOS DO PANTANAL	55	M/N	12	N	12	N
Mato Grosso do Sul/UFGD	cota social de 25% das vagas para alunos da escola pública e oferece um curso de Licenciatura indígena – TEKÓ ARANDU	6	M	---	---	---	---
Total		212	---	80	---	76	---

Obs. O número elevado de cursos deve-se ao fato das instituições serem multicampi, com exceção da UFGD e, oferecerem os cursos em diversos lugares e épocas diferentes, porém não possível obter dados referentes a UFG.

Como podemos observar os cursos de física e química apresentam baixa demanda de procura, levando as universidades a fechá-los e abrir outros cursos que não formam professores, mas voltados especificamente para área da pesquisa, no caso bacharelados. Vemos também a grande quantidade de cursos de matemática, demonstrando uma grande procura, o oposto dos outros cursos, pois para nossos governantes, os cursos e alunos de física e química dão muitos gastos para os cofres públicos. Os dados obtidos referentes a alunos ingressantes e concluintes podem ser comparados também com dados apresentados por Cordeiro (2008) referente ao desempenho nesses cursos da UEMS de 2004 a 2007.

Podemos afirmar que não adianta apenas expandir vagas se não houver investimento por parte de nossos governantes, pois são estes que garantem a permanência do acadêmico na universidade e dá condições para que todos os que ingressam concluam com sucesso. Assim, a democratização da educação faz-se com acesso e permanência de todos no processo educativo, dentro do qual o sucesso escolar é reflexo da qualidade, definição dada por Teixeira (1996, apud MORHY, 2004, p. 30).

Por isso um dos maiores desafios é a melhoria da qualidade do ensino para todos os níveis e modalidades da educação brasileira, prestando atenção redobrada às novas necessidades de conhecimentos e habilidades requeridas no atual processo de desenvolvimento econômico e social. Queremos que a universidade concretize uma mudança real e seja um instrumento de promoção, de cultura e de soluções de problemas, voltada para o meio social exterior. Assim, ela se identifica com as aspirações de evolução do país e contribuí para que suas finalidades sejam alcançadas. ROCHA (1996)

Outra questão que precisa ser analisada é o fato das universidades do setor privado está tendo mais credibilidade que as públicas, pois dados dos Censos da Educação Superior do INEP ilustram essa realidade, na qual em 2004 observa-se um quadro totalmente diferente, pois 71,7% das matrículas atuais concentram-se no setor privado e apenas 28,7% no setor

público. É necessário que haja, portanto, melhorias e expansão da capacidade física instalada nas universidades públicas para garantir não só o acesso, mas a permanência, pois é esta que refletir no ensino superior, mostrando a baixa frequência e às disparidades e desigualdades existentes.

4. Conclusão

Através da análise dos dados, foi possível verificar que os processo de expansão, e o sistema de ingresso por cotas podem ser considerados sim como ações afirmativas utilizadas pelas universidades, pois constituem-se como uma oportunidade para as pessoas discriminadas pela sociedade de acesso ao conhecimento científico e aos bens sociais, culturais e econômicos advindos dessa conquista e, portanto, êxito profissional e sucesso na sua vida.

5. Agradecimentos

A UEMS e ao PIBIC/AF/CNPq pela bolsa. A orientadora Profa Dra Maria José de Jesus Alves Cordeiro pela paciência comigo.

6. Referências Bibliográficas

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CORDEIRO, Maria J. J. A. Negros e indígenas cotistas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: desempenho acadêmico do ingresso à conclusão de curso. Tese (Doutorado em Educação - Currículo) – Pontifca Universidade Católica de São Paulo.

BRASIL. MEC. INEP. Sinopses estatísticas do Censo da Educação Superior: 1996 a 2007. Brasília: MEC. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior> (último acesso 12/05/2011)

MORHY, Lauro (organizador); co-organizador Marcos Formiga, Flávio Saraiva, Regina Marques, Tânia Costa e Amado Luiz Cervo - Brasília: Editora Universidade Brasília, 2004.

ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. Ação Afirmativa – O Conteúdo Democrático do Princípio da Igualdade Jurídica. Revista Trimestral de Direito Público, n.º 15, 1996, p. 92.